



Revista de Direito de Informática e Telecomunicações – RDIT

Belo Horizonte, ano 8, n. 14, jan./jun. 2013

Doutrina

Artigos

- ◆ A dignidade da pessoa humana nos meios de comunicação social
Anna Candida da Cunha Ferraz
- ◆ Diretrizes para auditoria na contratação de TI na Administração Pública Federal
Carlos Alberto dos Santos Silva
- ◆ Inclusão tecnológica e desenvolvimento democrático
Eneida Desiree Salgado
- ◆ ADPF nº 130/DF – A liberdade de imprensa no Brasil
Fábio Pallaretti Calcini
- ◆ O Brasil precisa de uma lei sobre a engenharia reversa e a reengenharia
José Andrade Brandão
- ◆ Contratação de serviços de publicidade pela Administração Pública – Apontamentos em relação à Lei nº 12.232/10 e à publicidade em período eleitoral
Licurgo Joseph Mourao de Oliveira, Daniel Uchôa Costa Couto
- ◆ A não incidência do ICMS sobre os serviços conexos à telecomunicação – Rediscussão do tema a partir do Recurso Especial nº 1.176.753/RJ
Maíza Costa de Almeida Alves
- ◆ Interpretação histórico-evolutiva da imunidade dos livros – O caso do *Kindle*
Paulo Adyr Dias do Amaral
- ◆ Administração Pública consensual – Uma nova tendência nos acordos de parceria para promover tecnologia e inovação
Roberto Correia da Silva Gomes Caldas, Rubia Carneiro Neves
- ◆ El acceso a la información pública en Uruguay
Rubén Flores Dapkevicius
- ◆ Uma análise concorrencial e regulatória sobre os possíveis efeitos de normas regulatórias incidentes sobre setores regulados – O caso da TV por assinatura e o dispositivo do art. 3º, VI da Lei nº 12.485/2011
Vinícius Alves Portela Martins

- ◆ Considerações sobre a proteção constitucional da privacidade contra biografia não autorizada
Vladimir da Rocha França

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**

Medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade – Lei 14.150, de 20/12/2012, do Estado do Rio Grande do Sul – Vedação da cobrança de assinatura básica pelas concessionárias de telefonia fixa móvel – Serviço público de telecomunicações – Invasão da competência legislativa privativa da União – Violação dos artigos 21, XI, 22, IV, e 175, parágrafo único, da Constituição Federal – Medida cautelar deferida. Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.907/RS

- ◆ **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

Ação de cessação da prática de uso indevido de marca registrada – Ilegitimidade passiva – Hosting – Prestadora de serviço de hospedagem de site – Atividade que se limita a receber o cadastro de quem pretende se utilizar do localizador “registro.br” – Abstenção de uso de marca/nome – Marca registrada perante o INPI – Aproveitamento indevido de prestígio alheio na promoção de festas. Apelação Cível nº 0002974-06.2010.8.26.0084

- ◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Ação civil pública – Serviço de telefonia móvel – Planos pré-pagos – Créditos adquiridos pelo usuário – Fixação de prazo de validade – Princípio da isonomia, da não discriminação e da proibição do confisco e do retrocesso – Lei nº 9.472/97, art. 3º, inciso III. Apelação Cível nº 2005.39.00.004354-0/PA

- ◆ **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**

Cide – Tecnologia – Lei nº 10.168/2000 – Inexigibilidade sobre licença de uso ou comercialização de programas de computador sem transferência de tecnologia. Agravo Legal em Apelação Cível nº 0015142-53.2003.4.03.6100/SP